

O PRINCÍPIO DA AUTONOMIA NA ÉTICA KANTIANA E SUA RECEPÇÃO NA OBRA DIREITO E DEMOCRACIA DE JÜRGEN HABERMAS

Haide Maria Hupffer¹

SUMÁRIO: 1. Introdução – 2. A formulação kantiana da moral – 3. A autonomia da vontade como princípio supremo da moralidade – 4. O conceito de liberdade como chave da explicação da autonomia da vontade – 5. A recepção do princípio da autonomia de Kant em Habermas – 6. Conclusão.

RESUMO:

Este artigo realiza uma abordagem sobre o princípio da autonomia em Kant, procurando demonstrar a sua significativa contribuição teórica para formular uma nova concepção de autonomia fundada na ideia de liberdade. Seu campo de investigação restringe-se à *Fundamentação da Metafísica dos Costumes* de Kant e sua recepção na obra *Direito e Democracia – Entre Facticidade e Validade* de Jürgen Habermas. Habermas retoma o significado de autonomia, mas, diferentemente de Kant, diz que devemos submeter a nossa máxima a todos os outros, a fim de examinar por meio da discussão sua pretensão de validade universal. Introduce o princípio do discurso e busca fundamentar o direito pela teoria do discurso.

PALAVRAS-CHAVE: autonomia da vontade, teoria do discurso, ética kantiana, moral, direito.

1 INTRODUÇÃO

Kant interioriza o conceito de liberdade desenvolvido por Rousseau, mas se propõe a ir mais além, transformando-o em autonomia da vontade. Como pensador e fundador da filosofia crítica, convida os homens a pensar com liberdade e a agir com autonomia. Em especial, busca no entendimento da moralidade suprema respostas para seu projeto de compreender o fim último da existência do ser humano. O percurso seguido por Kant mostra que a idéia de liberdade tem o mesmo significado de eticidade.

A atualidade do pensamento complexo de Kant datado do século XVII é, sem dúvida, reflexo de questões que ainda não encontraram respostas nos diálogos e no agir do ser humano do século XXI. Pode-se dizer que o ser humano não tem respostas neste início de século para a questão: é possível uma sociedade livre? A resposta de Kant está na possibilidade de realização de um projeto universal: o da paz perpétua entre os homens como ideal supremo da realização humana.

Kant constrói ao longo de suas obras a lei suprema da moralidade, por ele definida como “imperativo categórico” consubstanciado no dever moral. O “imperativo categórico” é formulado com o propósito de abarcar todas as questões de moralidade.

¹ Mestre e Doutora em Direito (UNISINOS), Advogada. Docente no Curso de Direito e no Programa de Mestrado em Qualidade Ambiental da Universidade Feevale.

Para isso o filósofo constrói duas máximas: a primeira diz que, para agir moralmente, devemos agir de tal forma que a nossa ação possa ser transformada em lei universal de comportamento. A segunda máxima conclama o homem a agir de modo a considerar o outro como tendo uma finalidade em si mesmo. O filósofo transpõe para a razão prática humana o *livre arbítrio* governado pela *boa vontade*, ou dito de outra maneira, a possibilidade de viver segundo princípios morais.

Pelo princípio da autonomia, Kant o identifica como o único princípio da moralidade e, afirma ainda, que o princípio da moralidade deve ser um imperativo categórico. E é justamente a compreensão do princípio da autonomia em Kant que procuraremos encaminhar neste estudo.

Já para Habermas a moralidade é um processo de argumentação entre uma sociedade livre e autônoma. O autor busca reconstruir o nexos interno entre soberania popular e direitos humanos introduzindo o princípio do *discurso*. O conceito de autonomia não representa apenas a figura de princípio moral, Habermas avança indicando que autonomia também deve ser entendida como princípio da democracia. Para o autor, o direito não pode estar subordinado à moral, como uma hierarquia de normas, o que há é uma complementação, jamais uma subordinação.

A partir da diferenciação entre moral e direito, Habermas introduz seu modo de interpretar o conceito de autonomia, apoiado no princípio do discurso, ou seja, a autonomia está na liberdade comunicativa, pressuposta no agir que se orienta pelo entendimento mútuo. Para que uma norma seja universal é necessário o consenso, isto é, para que possamos nos sentir destinatário de direitos, é necessário o entendimento enquanto autores de direito.

Habermas não se limitou a apenas criticar o princípio da autonomia na ética kantiana. Antes, pelo contrário, ele faz uma reflexão sobre o imperativo categórico de Kant, mas em vez de impor a todos os outros uma máxima que eu quero que seja uma lei universal como faz Kant, Habermas retoma o significado, mas diferentemente do filósofo ele vai dizer que devemos submeter a nossa máxima a todos os outros, a fim de examinar por meio da discussão sua pretensão à validade universal. Introduce assim o princípio da teoria do discurso e busca fundamentar o direito pela teoria do discurso.

A importância de trazer Habermas ao texto pode ser sustentada pelo fato de que, em Habermas a moralidade é fruto de um processo argumentativo entre seres livres e autônomos. A dialogicidade é o pano de fundo de sua teoria, pois para o autor não

existe uma relatividade na moral, os valores de uma sociedade são construídos entre pessoas livres que dialogam e argumentam.

2 A FORMULAÇÃO KANTIANA DA MORAL

Já no período pré-crítico, Kant mostrou sua inconformidade com as doutrinas vigentes em matéria de ética. Essa insatisfação fez com que Kant atribuísse à racionalidade moderna a tarefa de explicar o fim último ou o de um bem supremo, desejado pelo homem, como o fim absoluto de todas suas aspirações. Quando Kant formula a questão, “o que devo fazer?” ele fundamenta o conceito da moral na obrigação, isto é, no dever (*Salim*) e este senso de “dever” deve representar para o ser humano um fim absolutamente necessário.

A moral é determinada por princípios universais e por um profundo sentimento de respeito pela dignidade da pessoa humana. Traduz o emprego que o homem deve fazer de sua vontade livre para conseguir seu fim último. Para Castillo, a moral em Kant, guia e pontua o seu empreendimento crítico, pois ela “supera a prova das contradições teóricas da razão, fornece o conceito exato do seu poder prático e justifica a investigação da concepção de mundo do ponto de vista do fim último da existência”.²

É preciso ter presente que quando Kant rompe com a definição de moral vigente, busca o fundamento da obrigação moral na *vontade humana autônoma*, invocando o “caráter intemporal e universal da vontade individual sujeita à razão”.³ Vê-se, assim, que um dos méritos de Kant é o de partir de *imperativos categóricos*, ou seja, de deveres que se impõem sem condição à consciência. Isso porque o dever imposto à vontade humana é um mandamento puro da razão, que deve ser ao mesmo tempo *a priori* e universal. Assim ele constrói o princípio da moralidade que deve residir na vontade humana autônoma. À representação do princípio objetivo da vontade autônoma, Kant a denomina de “mandamento” e a sua fórmula, de “imperativo”.

Crampe-Casnabet aponta as condições que Kant define a moral e que estão no centro da *Fundamentação da Metafísica dos Costumes* e da *Crítica da Razão Prática*: “é moral o ato livre que pode ser universalizado, isto é, que pode valer para a

² CASTILLO, Monique. **Dicionário de Ética e Filosofia Moral**. v. II. São Leopoldo/RS: Editora UNISINOS, 2003. p. 5

³ JOLIVET, Régis. **MORAL. Tratado de Filosofia IV**. Trad. Gerardo Dantas Barretto. Rio de Janeiro: AGIR, 1966. p. 127.

humanidade inteira”.⁴ Com isso o autor quer dizer que a moral kantiana é uma teoria e uma prática da liberdade. Ao estabelecer o nexo entre o ato livre que pode ser universalizado, Kant avança.

Por tais razões, assume relevância o rompimento paradigmático proporcionado por Kant, exatamente pela idéia de uma ética do indivíduo responsável pela humanidade. Na construção de uma nova teoria ética, fundamentada na moral e no direito, Kant instigou o ser humano moderno a tomar consciência de sua posição no mundo. Herrero ao delinear o foco social da ética kantiana analisa que para Kant o homem moderno deveria se apresentar “como aquele que tem consciência de ser moralmente livre e autônomo e, como aquele que tem de exercer sua cidadania na plena consciência de estar realizando sua liberdade política e sua função insubstituível de legislador”. Esse homem em quem Kant coloca esperanças não é um homem isolado, ilhado, mas é um homem capaz de sair do seu individualismo para ser cidadão cuja ação é uma ação social, com capacidade para também legislar e exigir dos demais o reconhecimento desta posição.⁵

E não se deve esquecer a perspectiva trabalhada por Kant de que não há nenhum autêntico princípio supremo da moralidade que, independente de toda a experiência, não tenha de fundar-se somente na razão pura. Pois, para Kant, só o ser racional tem a capacidade de agir segundo a representação das leis, isto é, segundo princípios, pois só ele tem uma vontade autônoma. Para que o homem possa derivar as ações das leis é necessária a razão, isto leva Kant a dizer que a vontade não é outra coisa senão a razão prática.

É neste contexto, isto é, por fundamentar a moral partindo do conceito de *boa vontade*, que Kant vai elaborar a máxima: “não é possível conceber coisa alguma no mundo, ou mesmo fora do mundo, que sem restrição possa ser considerada boa, a não ser uma só: uma BOA VONTADE”. Significando que a única coisa que vale absolutamente no campo da ação moral é a *boa vontade*.

O que Kant propõe é a necessidade de uma Metafísica dos Costumes, não apenas como espaço para especulação e indagação dos princípios práticos que existem *a priori*, mas principalmente porque, segundo ele, a própria moralidade está sujeita a toda a espécie de perversões, enquanto carecer deste fio condutor e desta norma suprema de

⁴ CRAMPE-CASNABET, Michèle. **KANT – Uma Revolução Filosófica**. Trad. Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994. p. 67

⁵ HERRERO, Francisco Javier. A ética em Kant. **Síntese Nova Fase**. Belo Horizonte, v. 28, n. 90, 2001, p. 19-30.

sua exata apreciação. Reforça sua tese colocando que a *Metafísica dos Costumes* é rigorosamente necessária pela possibilidade de “indagar a idéia e os princípios de uma vontade *pura* possível, e não as ações e condições do humano querer em geral, as quais, em sua maioria, são tomadas da Psicologia”.⁶

Castillo reforça esta questão e chama a atenção para algo importante na moral kantiana: “estas leis não podem ser extraídas da experiência, mas sim têm de ter sua origem plenamente *a priori*”. Aqui talvez esteja a grande revolução da ética kantiana, pois “nenhuma teoria da moral, nenhuma ética até Kant procurou se assentar em princípios *a priori*, por isso universais, garantidores da sua validade”.⁷ O caráter *a priori* aflorado em Kant mostra que a moral com suporte na razão exige um *princípio a priori*. Seu fundamento está na razão prática e é a partir dela que é possível deduzir os principais conceitos morais, como a vontade livre, o dever e o fim último.

O homem como ser racional em Kant deve ser visto como um fim em si mesmo dotado de valor absoluto. Nisto ele traduz que o homem não pode ser um simples meio, pois sua natureza racional existe como um fim em si. A argumentação kantiana indica que “devemos levar em consideração a humanidade em nossa ação, isto significa, então, que a humanidade tem de ser reconhecida não só na nossa pessoa, mas também na de todos os seres racionais”.⁸ Esse princípio conhecido como “princípio da humanidade em si”, tem seu alicerce na terceira fórmula do imperativo categórico: “Procede de maneira que trates a humanidade, tanto na tua pessoa como na pessoa de todos os outros, sempre ao mesmo tempo como fim, e nunca como puro meio”.

Observe-se que outra conjectura potencialmente reveladora da extensão do princípio da moralidade é quando Kant diz que a moralidade é a única condição capaz de fazer com que um ser racional seja um fim em si e, que a moralidade, bem como a humanidade, enquanto capaz de moralidade, são as únicas coisas que possuem dignidade.

Assim, Kant elabora sua teoria buscando alicerçar as relações sociais através de um princípio fundador da sociedade, que ele elege como “princípio supremo da

⁶ KANT, Immanuel. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes**. Tradução e notas de Antônio Pinto de Carvalho. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1964. p. 49

⁷ SALGADO, Joaquim Carlos. **A Idéia de Justiça em Kant** – Seu Fundamento na liberdade e na igualdade. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 1995. p.144.

⁸ KALSING, Rejane Margarete Schaefer. **A dimensão da socialidade na ética kantiana e sua recepção na obra princípios da filosofia do direito de Hegel**. Dissertação de Mestrado – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2003. P. 74

moralidade”. Para ele este princípio é o cimento da sociedade e está alicerçado em duas máximas: a primeira diz que nós temos que nos comportar de forma que nossa ação possa ser transformada em lei universal que vai guiar o comportamento de todos; a segunda máxima diz que não basta que nossa ação tenha se transformado em uma lei universal, mas, também é necessário que ela seja considerada como uma finalidade em si mesma e não apenas um instrumento da nossa vontade. Com Kant o “outro” passa a ter uma finalidade moral. Daí que ao incluir o “outro” no seu julgamento o ser humano materializa um valor moral, ou seja, sai da zona de conforto e passa a contribuir para a criação de uma nova ordem jurídica que não apenas defende os seus direitos, mas que me também o projeta em direção ao outro. E a beleza desta afirmativa de Kant está na construção do “Princípio da Dignidade Humana” e, em consequência o princípio da solidariedade.

Para Rohden a ética do indivíduo responsável perante todos os outros é central na filosofia moral de Kant. Ela se manifesta quando está em “jogo o amor de cada um pelos outros na mesma medida do seu amor a si mesmo”, visto que seu objeto é a humanidade. Ainda, conceitos como autonomia, universalidade e justificação racional tornam a teoria ética de Kant muito atual, por incluir em sua ética uma motivação que supõe articulação da razão e da sensibilidade. Ao desenvolver a concepção de juízo estético, Kant o desenvolve sempre do ponto de vista do outro.⁹

3 A AUTONOMIA DA VONTADE COMO PRINCÍPIO SUPREMO DA MORALIDADE

A concepção de autonomia é introduzida originalmente em sua *Fundamentação da metafísica dos costumes* (1785), onde Kant a define como a propriedade que a vontade possui de ser lei para si mesma (independentemente da natureza dos objetos do querer). O filósofo diz que o princípio da autonomia é, pois: “escolher sempre de modo tal que as máximas de nossa escolha estejam compreendidas, ao mesmo tempo, como leis universais, no ato de querer”.¹⁰ A partir disso é possível fazer que a autonomia seja o princípio da dignidade da natureza humana, enquanto ser racional e, a liberdade é a chave da autonomia da vontade.

⁹ ROHDEN, Valério. Uma ética motivada pelo desejo de realização da humanidade. In.: Emmanuel Kant: razão, liberdade, lógica e ética. **Cadernos IHU em formação**. Ano 1, nº 2, São Leopoldo: Instituto Humanitas Unisinos, 2005, p. 22.

¹⁰ KANT, Immanuel. **Fundamentação da ...** *Op. cit.* p. 104

Prosseguindo na determinação do *princípio supremo da moralidade*, Kant introduz outra máxima: “não é possível conceber coisa alguma no mundo, ou mesmo fora do mundo, que sem restrição possa ser considerada boa, a não ser uma só: uma *boa vontade*”.¹¹ Esse *valor absoluto da pura vontade* em que Kant se apoia deve ter como alicerce o querer e a razão e, é apresentada por ele como potência que exerce influência sobre a vontade. Salienta ainda, que a razão deve produzir uma *vontade boa*, não como meio para conseguir qualquer outro fim, mas *boa em si mesmo*. Isso não significa que essa vontade é o único bem, o bem integral, mas sim, que ela deve ser o bem supremo. Ou dito de outro modo: a vontade deve ser a condição das quais dependem os outros bens, inclusive a aspiração à felicidade. E esse bem de que Kant fala, não é a prática do bem por inclinação, mas sim movido por um profundo sentido de dever, que é dado *a priori*. E, essa ação realizada por dever deve estar livre de toda inclinação, ou seja, a ação deve ser movida por um profundo senso de isenção e imparcialidade, livre de toda influência sensível e subjetiva.

E aqui se torna clara a proposição de Kant, quando ele assevera que a prática do bem não tem valor moral se praticado por inclinação. Essa talvez seja a parte mais difícil para o ser humano racional: resguardar-se da preferência excessiva por si mesmo. Na construção de sua teoria, a voz da consciência moral é valorada por Kant quando a ação é praticada por um profundo senso de *dever*. Esse valor moral não depende da realidade do objeto da ação, “mas unicamente do *princípio do querer*, segundo o qual a ação foi produzida, sem tomar em conta nenhum dos objetos da faculdade apetitiva”.¹²

Do exposto, é possível inferir que o valor moral que está por trás de uma ação cumprida por dever não pressupõe que esteja alicerçado no *fim* que por ela deve ser alcançado. Em Kant, seu fundamento está na máxima que a determina. Essa máxima é o princípio subjetivo do querer. O que ocorre é que a vontade é livre, porque no ato moral nada de externo pode participar de sua formação e nem intervir, o que elimina completamente a influência da inclinação. Este caráter afluído em Kant vai marcar profundamente a filosofia, pois para ter valor moral, o ser humano não depende da realidade do objeto da ação, “mas unicamente do *princípio do querer*, segundo o qual a ação foi produzida, sem tomar em conta nenhum dos objetos da faculdade apetitiva”.¹³

¹¹ KANT, Immanuel. *Fundamentação da ... Op. cit* p. 53

¹² Idem. p. 60

¹³ Idem. Ibidem.

Significa que a vontade é a fonte absoluta do ato moral, é o momento mais interior e central alcançada por sua filosofia.

É neste contexto que deve ser compreendido que a norma moral para Kant é um imperativo categórico e deve ser universalizante. Por isso o necessário retorno a primeira fórmula do seu imperativo categórico: “Age de maneira que a máxima de tua ação possa converter-se em lei universal da natureza”. Mais ainda, essa é a lei suprema da moralidade, definida como imperativo categórico, que afirma o dever pelo dever, isto é “o dever moral”.

Dáí o questionamento: o que é viver para que a minha máxima se converta em lei universal? Uma definição nada fácil. Para Kant, é no íntimo do homem, em sua essência, que está a resposta, é aí que ele pode sentir a condição de uma vontade boa *em si*. Significando que, o valor moral da ação, não está na ação exterior que se vê, mas sim nos princípios internos que moveram essa ação e que não podem ser vistos.

Um dos traços marcantes do imperativo categórico é sua natureza de declarar uma ação como necessária e boa por si mesma, sem relação com algum fim, alicerçada na razão como princípio do querer. Ele é categórico, porque “diz respeito, não à matéria da ação, nem às conseqüências que dela possam redundar, mas à forma e ao princípio donde ela resulta; donde o que no ato há de essencialmente bom consiste na intenção, sejam quais forem as conseqüências”.¹⁴ E, a este imperativo Kant dá o nome de *imperativo da moralidade*.

Em síntese, a autonomia é para Kant o fundamento da dignidade da natureza humana e de toda a natureza racional, pois o homem deve praticar o bem pelo bem. É aí que a moral tem uma especificidade própria, na medida em que abarca obrigações e deveres supremos e não relativizáveis e que contemple o “outro”.

4 O CONCEITO DE LIBERDADE COMO CHAVE DA EXPLICAÇÃO DA AUTONOMIA DA VONTADE

O homem enquanto ser cognoscente, isto é, enquanto sujeito que conhece é essencialmente livre. Como ser livre, passa sua existência em um processo de mudança, evolução e desenvolvimento pelo qual seu próprio “ser” se revela, se realiza e em busca da compreensão do seu fim último, isto é, do transcendental, pois toda decisão humana tem uma finalidade suprema que é a realização da felicidade, como resultado do

¹⁴KANT, Immanuel. *Fundamentação da ... Op. cit.* p. . 78

exercício da vontade livre e autônoma. A efetiva liberdade de cada um se realiza no interesse coletivo, visto como um processo final de uma ação calcada em critérios morais, na cooperação, na reciprocidade e no desenvolvimento da noção de responsabilidade e compromisso para com o “outro”.

A palavra liberdade deriva do latim “*libertas*”, de *liber* (livre), ou seja, condição daquele que é livre e constitui um elemento fundamental da conduta humana. Só a liberdade permite uma existência humana num mundo humano. A liberdade só possui significado na ação, na capacidade do homem de agir para tornar-se digno da felicidade.

Em Kant, uma vontade livre e uma vontade sujeitas a leis morais podem ser consideradas a mesma coisa, na medida em que uma vontade absolutamente boa é aquela que em sua máxima pode sempre em si conter a lei universal. O bem supremo em Kant é constituído pela moralidade que deriva exclusivamente da propriedade da liberdade. O que o leva a aferir que o princípio supremo de toda eticidade é a consciência da liberdade que nos faz agir motivado por leis morais, por advir da vontade livre.

Como já referenciado, Kant concebe uma razão pura que é prática, isto é, dotada de causalidade em relação a seus objetos. E a ação é livre quando decorre exclusivamente da razão. Ou seja, a razão prática da qual fala, não pode estar contaminada de influxos dos sentidos, juízos e direções vindas de fora. A razão deve sim, nas palavras de Kant considerar-se como autora de seus princípios e *livre*, significando que a vontade de um ser racional “apenas pode ser uma vontade própria mediante a ideia da liberdade, e, além disso, uma tal vontade, deve ser, do ponto de vista prático, atribuída a todos os seres humanos”.¹⁵

Salgado parece resumir com fidelidade o ideário de Kant que, assume a liberdade como a própria lei moral ao considerá-la “como o resultado de uma máxima que busca a sua validade não externamente, mas na própria razão e aparece, assim, sob a forma do imperativo categórico”.¹⁶ Ora, não se alcança a razão prática sem a assunção prévia da liberdade, isto é, sem a vontade livre.

Sob esta perspectiva, a razão prática e a liberdade podem ser consideradas o cerne da filosofia de Kant. E liberdade para Kant é autonomia e só o ser que pode agir sob a ideia de liberdade é verdadeiramente livre. Significando que a razão prática enquanto vontade recebe de si mesma a direção.

¹⁵ KANT, Immanuel. **Fundamentação da ...** *Op. cit.* p. 113

¹⁶ SALGADO, Joaquim Carlos. **A Idéia de Justiça ...** *Op. cit.* p. 154

Aparentemente, pode-se dizer que o mérito de Kant foi o de ter pressuposto, na idéia de liberdade, a lei moral, motivado pelo fato de atribuir a todo ser dotado de razão e de vontade a faculdade de determinar-se a agir sob a idéia de sua liberdade. E, nesse sentido, é preciso ter claro que Kant lamenta que não fosse possível demonstrar isso, como sendo algo de real em nós e na natureza humana, buscou em princípio apenas “supor”.

Registra-se que Kant não se conformou em apenas supor o princípio da autonomia da vontade na idéia da liberdade. O filósofo tem claro que sua contribuição foi muito importante, principalmente, por haver determinado o verdadeiro princípio, isto é, o princípio autêntico da moral, nas suas palavras, “com maior exatidão do que se fez até ao presente”. O que chama a atenção é a franqueza com que Kant vê sua contribuição e o quanto ele está satisfeito em poder fazer as pessoas se interessarem por uma qualidade pessoal, que não depende de apenas um interesse em nossa direção, mas sim, que nos torna capazes de sermos dignos da felicidade. Com isso Kant acredita que pelo fato de sermos dignos de felicidade já temos a consciência moral.

Nessa sua franqueza de mostrar que pela idéia de liberdade nos despojamos de todo interesse empírico, Kant constrói outra máxima: “devamos nos considerar como livres na ação e, todavia, reputar-nos subordinados a certas leis, no intuito de encontrar só em nossa pessoa um valor capaz de nos compensar da perda de tudo quanto confere valor à nossa condição, como isto seja possível¹⁷. Por outro lado, Kant ainda não encontrou a resposta a sua grande pergunta: de onde provém que a lei moral obrigue?

A partir desse questionamento, Kant percebe que há uma espécie de “círculo vicioso”, conforme expõe “supomo-nos livres na ordem das causas eficientes, a fim de nos imaginarmos, na ordem dos fins, sujeitos a leis morais, e, em seguida, consideramo-nos sujeitos a estas leis, por nos havermos atribuído a liberdade da vontade”.¹⁸ O filósofo chama a atenção para o fato de, num primeiro momento, nos consideramos livres por termos autonomia de nos indicar a própria lei e, por essa razão a ela nos submetemos, mas num segundo momento temos o sentimento de que estamos submetidos à lei moral porque nos atribuímos a liberdade da vontade. Mas, Kant nos mostra que há uma saída, isto é, ele nos diz que devemos “procurar saber se, quando nos imaginamos, mercê da liberdade, como causas eficientes *a priori*, não nos situamos num

¹⁷ KANT, Immanuel. **Fundamentação da ...** *Op. cit.* p. 115

¹⁸ Idem. *Ibidem*.

ponto de vista diferente de quando nos representamos a nós mesmos, segundo nossas ações, como efeitos que estão patentes aos nossos olhos”.¹⁹

Já em outro momento, Kant chama a atenção para o fato de que tanto a liberdade como a legislação própria da vontade exprime autonomia por serem conceitos recíprocos. A partir desse raciocínio, Kant diz que o “o homem encontra realmente em si uma faculdade, por meio da qual se distingue de todas as outras coisas sensíveis, até mesmo de si próprio, enquanto pode ser afetado por objetos, e esta faculdade é a *razão*.”²⁰ Razão entendida como a faculdade a priori, manifestada como idéia e por isso espontaneidade pura. O homem, portanto, na qualidade de ser racional, pertence ao mundo inteligível e não pode “conceber a causalidade de sua própria vontade senão sob a idéia da liberdade; pois a independência a respeito das causas determinantes do mundo sensível (independência, que a razão deve sempre atribuir a si) é liberdade”.²¹

Aqui, vê-se uma nova perspectiva em Kant. O filósofo desfaz a hipótese do círculo vicioso, ao concluir sua teoria da liberdade para a autonomia e desta para a lei moral. Isso pode ser percebido quando diz que a ideia de liberdade está inseparavelmente unida ao conceito de *autonomia* e, que a autonomia vincula-se ao princípio universal da moralidade, que idealmente serve de fundamento a todas as ações dos seres *racionais*, da mesma maneira que a lei da natureza serve de fundamento a todos os fenômenos.

Mais ainda, a lei suprema da moralidade é a liberdade como princípio da autonomia fundamentada no interesse do homem pela universalidade da lei. A liberdade pertence à essência do homem e, é ela que “constitui a condição para que a razão possa efetivamente determinar a vontade à ação”.²² Nisto está a riqueza do pensamento de Kant, isto é, na sua definição do conceito de liberdade, que para o filósofo é um só, o da autonomia da razão.

É por isso que se reconhece em Kant uma transformação revolucionária do que sempre constituiu a moralidade. As palavras de Castillo retratam a importância da moral kantiana, e sintetizam que foi Kant o filósofo moral, que introduziu “a necessidade de uma concepção cósmica ou cosmopolita da filosofia, porque não visa apenas à ciência,

¹⁹KANT, Immanuel. **Fundamentação da ...** *Op. cit.* p. 116

²⁰ Idem. p. 117

²¹ Idem. p. 118

²² ROHDEN, Valério. **Interesse da razão e liberdade**. São Paulo: Átila, 1981, p. 52

mas o destino total do homem”.²³ Habermas vai mais além: em muitos momentos se apoia em Kant e em outros se afasta do filósofo.

5 A RECEPÇÃO DO PRINCÍPIO DA AUTONOMIA DE KANT EM HABERMAS

Habermas se propõe a reconstruir o que ele denomina de *autocompreensão* da ordem jurídica moderna sob a ótica do agir comunicativo como um observador externo. Na obra *Direito e Democracia – entre facticidade e validade* aborda ao abordar o conceito de direito mostra que a concepção de direito subjetivo vincula-se ao conceito de liberdade de ação subjetiva. Ou seja, “direitos subjetivos (*rights*) estabelecem os limites no interior dos quais um sujeito está justificado a empregar livremente a sua vontade”. Habermas encontra uma afinidade no artigo 4 da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789) com a proposta de Kant, salientando que o mesmo se apoia neste artigo ao formular o seu princípio geral do direito. Declara-o ao traduzir a perspectiva de Kant segundo o qual “toda ação é equitativa, quando sua máxima permite uma convivência entre liberdade de arbítrio de cada um e a liberdade de todos, conforme uma lei geral”. Habermas encontra nessa máxima de Kant uma força que legitima a “liberdade de arbítrio e a vontade autônoma da pessoa”. Em outro momento referencia que quando esse laço foi rompido “o direito passou a afirmar-se, segundo a interpretação positivista, como a forma que reveste determinadas decisões e competências com a força da obrigatoriedade fática”.²⁴

Apesar de em muitos momentos Habermas invocar a grandiosidade da dimensão cosmopolita do pensamento de Kant, percebe-se ao longo de suas obras que ele se afasta para evitar o estreitamento teórico-moral do conceito de autonomia desenvolvido por Kant.

É importante notar, todavia, que Habermas reconhece que, para Kant, existe o indivíduo, porém um indivíduo que se move na universalidade da consciência transcendental. O autor demonstra com sobriedade que no momento em que alguém se propõe a reformular o imperativo categórico em termos comunicativos ou da teoria do discurso, “existe el peligro de que se pierda la individualidad de esta subjetividad moral, reconvertida ahora em participante em el discurso; lo que explica el intento de manter

²³ CASTILLO, Monique. **Dicionário de Ética...** *Op. Cit.* p. 5

²⁴ HABERMAS, Jürgen. **Direito e Democracia** – entre a facticidade e validade I. Traduzido por Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, v. 1. 1997, p. 112-117.

separados, de forma más clara, autonomía y actividade legisladora”.²⁵ Ao fazer esta separação Habermas quer demonstrar que as liberdades negativas tem sua sede no direito e não na moral.

Uma das críticas que Habermas avança contra Kant diz respeito a ideia kantiana de remeter toda “condição jurídica ao direito original cabível a toda a pessoa enquanto ser humano, e não somente a condição que afete questões internas do Estado”. Habermas analisa que Kant fundamenta um direito individualista e que essa herança - fruto do projeto kantiano de autonomia-, encontra-se, ainda, presente nas ordenações jurídicas modernas. O Direito passa a legitimar-se na autonomia racional do homem sob o viés individualista. Habermas motiva sua crítica, citando o seguinte imperativo kantiano: “todo indivíduo tem direito às mesmas liberdades segundo leis gerais (sobre as quais todos decidem, levando em conta todos os demais, da mesma forma que cada um o faz, levando em conta a si mesmo)”.

Para justificar sua crítica, Habermas levanta a seguinte questão: para Kant a garantia de liberdade (o que o ser humano deve fazer segundo as leis da liberdade) é o que é de mais essencial para alcançar a paz perpétua? Se for isso, Habermas diz que de fato Kant não pode fazer “que a autonomia dos cidadãos seja mediatizada pela soberania dos respectivos Estados”.²⁶

Para elaborar sua teoria do discurso, Habermas busca inicialmente tornar clara a relação entre direito e moral, afirmando que “no nível de fundamentação pós-metafísica, tanto as regras morais como as jurídicas diferenciam-se da eticidade tradicional, colocando-se como dois tipos diferentes de normas de ação, que surgem *lado a lado*, complementando-se”.²⁷ Assim, como Habermas vê, o conceito de autonomia precisa ser projetado abstratamente para que o mesmo assuma não apenas a figura de princípio moral, mas também de princípio da democracia. Essa posição afasta-o de Kant, visto que para Habermas o princípio do direito kantiano perde sua função mediadora, uma vez que:

ele (o conceito de autonomia) pode servir para esclarecer aspectos sob os quais as regras do direito distinguem-se das morais. A partir daí os direitos humanos, inscritos na prática de autodeterminação democrática dos cidadãos, têm de ser interpretados a *limene* como direitos jurídicos, não obstante o seu conteúdo moral.²⁸

²⁵ HABERMAS, Jürgen. In: GIMBERNAT, José Antônio. (Editor) y otros. **La Filosofía Moral Y Política de Jürgen Habermas**. Madri/Espanha: Editorial Biblioteca Nova, 1997. p. 264

²⁶ HABERMAS, Jürgen. **A inclusão do outro** : Estudos de teoria política. –Trad. George Sperber e Paulo Astor Soethe. São Paulo: Edições Loyola, 2002. p. 204-5.

²⁷ HABERMAS, Jürgen. **Direito e Democracia ... Op. Cit.** p. 139

²⁸ Idem. p. 140

Em seu comentário sobre esta divergência, Habermas diz que Kant procede diferentemente, pois Kant “parte do conceito fundamental da lei da liberdade moral e extrai dela as leis jurídicas, seguindo o caminho da *redução*.”²⁹ Para Habermas o direito não pode estar subordinado à moral, como uma hierarquia de normas, o que há é uma complementação, jamais uma subordinação. Mesmo tendo pontos em comum, e caminharem lado a lado, para Habermas “a moral e o direito distinguem-se *prima facie*, porque a moral pós-tradicional representa apenas uma forma de saber cultural, ao passo que o direito adquire obrigatoriedade também no nível institucional”.³⁰

Habermas afasta-se de Kant quando se posiciona que o direito não é somente um sistema de símbolos, mas também um sistema de ação e por sua vez, a ordem jurídica para legitimar-se, não copia platonicamente toda a ordem moral, mas se alimenta na mesma, trazendo consigo alguns conteúdos morais. Para Habermas, esses conteúdos sofrem depurações ao adentrarem na ordem jurídica. E essa depuração, é fruto da autonomia política de uma determinada sociedade, que com o auxílio do princípio do discurso tem condições de julgar conteúdos morais imparcialmente e decidir racionalmente.

Para Kant a razão é a faculdade que preside a nossa vida moral, “dando como verdades já resolvidas aquelas idéias da razão que o intelecto não é capaz de demonstrar mediante simples lógica discursiva”.³¹ A idéia de Habermas sobre uma ética discursiva “puede verse como una reconstrucción de la idea kantiana de razón práctica em términos de razón comunicativa”.³² Ao nosso ver Habermas parte dos pressupostos da ética kantiana, manifestamente, nomeadamente ou não. A ideia de universalidade são retomadas e avaliadas em outros planos.

Mas, é importante salientar que Habermas avança, retomando a força do imperativo moral kantiano e o transforma, introduzindo a teoria do discurso. Importante ainda ressaltar, que Habermas se impôs o desafio de distinguir princípio moral e princípio da democracia.

O que Habermas sugere é considerar a moral pelo ângulo do sistema jurídico. Declara que uma “moral da razão que obtivesse eficácia apenas através dos processos de socialização e da consciência dos indivíduos ficaria reduzida a um campo de ação

²⁹KANT, Immanuel. **Fundamentação da ...** *Op. cit.* p. 140

³⁰ Idem. p. 141

³¹ GALEFFI, Romano. **A Filosofia de Immanuel Kant.** *Op. Cit.* p 345.

³² McCARTHY, Thomas. *Constructivismo Y reconstructivismo kantiano: Rawls y Hamermas em diálogo.* In **La Filosofía Moral Y Política de Jürgen Habermas.** José Antônio Gimbernat (ed.). p. 37

estreito”.³³ Por conseguinte, a idéia da moral, para Habermas, deve irradiar-se a todos os campos de ação, vinculando-se a um sistema de direitos no qual ela mantém um vínculo interno, atingindo inclusive “as esferas sistematicamente autonomizadas das interações dirigidas por meios que aliviam os atores de todas as exigências morais, com uma única exceção: a da obediência geral ao direito”.³⁴

A nosso ver Kant enfatiza com veemência que todo homem tem consciência moral e por mais que não queira admitir, ele não pode deixar de ouvir a voz da sua consciência. E essa idéia de moralidade esta impregnada de ações do ser racional, fruto da vontade livre e autônoma. A ação também se relaciona com o dever-ser, pois para Kant a filosofia moral tem de determinar leis universais que têm relação com a vontade do outro. Habermas, por outro lado, centra sua atenção no uso discursivamente moral da razão prática. E, esse discurso moral também tem como norte a obtenção de um consenso racional na perspectiva da pretensão de validade. Assim, consideramos possível depreender que Habermas tem em mente o desafio de distinguir princípio moral e princípio da democracia. Pois para Habermas não pode haver nenhum direito autônomo sem uma efetiva democracia. Isso sugere, retomando Kant, que nenhuma democracia pode se efetivar sem a presença de direitos morais autônomos, onde a vontade livre e autônoma é em suma a última palavra.

A partir da diferenciação entre moral e direito Habermas introduz seu modo de interpretar o conceito de autonomia, apoiado na teoria do discurso, pelo qual ele quer comprovar o nexos interno entre direitos humanos e soberania do povo. Habermas parte de Klaus Günther para explicar a “liberdade comunicativa”, entendendo-a como “a possibilidade – pressuposta no agir que se orienta pelo entendimento – de tomar posição frente aos proferimentos de um oponente e às pretensões de validade aí levantadas, que dependem de um reconhecimento intersubjetivo”.³⁵ Liberdade comunicativa depende sempre de uma relação intersubjetiva entre sujeitos que agem comunicativamente e, só existe entre pessoas que queiram ter um entendimento mútuo sobre algo “num enfoque performativo e que contam com tomadas de posição perante pretensões de validade reciprocamente levantadas”. O que interessa são os argumentos aceitos em comum pelos sujeitos participantes, pois são eles que têm uma força racionalmente motivadora. Neste ponto, Habermas se afasta de Kant e substitui o imperativo categórico por um

³³ HABERMAS, Jürgen. **Direito e Democracia Op. Cit. p. 154**

³⁴ Idem. Ibidem.

³⁵ Idem. p. 155

procedimento de argumentação prática com o propósito de buscar um acordo entre os sujeitos participantes do discurso.

Daí que, Habermas, diferentemente de Kant, submete as máximas aos participantes do discurso que estão sujeitos as normas em questão, objetivando o entendimento, para apoiar sua pretensão de validade. Dito de outra forma, para Habermas importa que todos possam estar de acordo num discurso racional. Por outro lado, a ética do discurso de Habermas é também uma ética universalizante. Ele opera um deslocamento e assume que “o centro de gravidade não está mais naquilo que cada um deseja fazer valer, sem ser contestado, como sendo uma lei universal, mas naquilo que todos podem unanimamente reconhecer como uma norma universal”.³⁶

Ao introduzir esta questão, Habermas, busca o consenso como regra de argumentação e, este é universal, pois exprimem uma vontade geral. Esse procedimento da argumentação prática de Habermas pode ser mais bem compreendido quando McCarthy coloca que “a validade construída como aceptabilidad racional no es algo que pueda ser certificado em forma privada; anda ligada a procesos de comunicación e los que las pretensiones de cada uno se prueban argumentativamente por medio de la ponderación de razones em pro y em contra”.³⁷

Com a construção do entendimento sobre liberdade comunicativa, Habermas explica o princípio kantiano que estatui um direito às liberdades subjetivas de ação, sugerindo o seguinte entendimento: “deve ser constituído um código jurídico na figura de direitos subjetivos, os quais imunizam os sujeitos jurídicos contra a imputação da liberdade comunicativa”. Nesta passagem, Habermas contrapõe colocando que o “princípio jurídico não exige apenas o direito a liberdades subjetivas em geral, mas também *iguais* liberdades subjetivas”. Salienta ainda que “a liberdade de cada um deve poder conviver com a igual (*gleiche*) liberdade de todos, segundo uma lei geral”.³⁸ Para ele é a partir dessa máxima que é possível a pretensão de legitimidade do direito positivo. Habermas percebe ainda que na

formulação kantiana do princípio do direito, a ‘lei geral’ carrega o peso da legitimação. E aí o imperativo categórico está sempre presente como pano de fundo: a forma da lei geral legitima a distribuição das liberdades de ação subjetivas, porque nele se expressa um bem-sucedido teste de generalização da razão que examina as leis. Disso resulta, em Kant, uma subordinação do direito à moral, a qual é inconciliável com a idéia de uma autonomia que se realiza no *medium* do próprio direito.³⁹

³⁶ FORTIN-MELKEVIK, Anne. In **Dicionário de Ética e Filosofia Moral 1**. P. 711

³⁷ McCARTHY, Thomas. *Constructivismo y reconstructivismo...* Op. Cit. p. 37

³⁸ HABERMAS, Jürgen. **Direito e Democracia ...** Op. Cit. p. 156-7

³⁹ Idem. p. 157

Para Kant a moralidade está centrada em uma lei que os seres racionais impõem a si mesmo e, isso os torna autônomos. A moralidade para Kant é autonomia. Já Habermas não concorda com Kant, entende que a “ideia da autolegislação de *civis* exige que os que estão submetidos ao direito, na qualidade de destinatários, possam entender-se também enquanto autores do direito.”⁴⁰ Ou seja, Habermas entende que na qualidade de pessoas que julgam moralmente, a partir de um conceito de legalidade já conhecido pelo ser humano, o mesmo pode convencer-se da validade do direito humano primordial. Partindo dessa perspectiva, enquanto legisladores morais, o ser humano ainda não estaria em condições de considerar-se como sujeito jurídico ou destinatário, ao qual esse direito é *conferido*.⁴¹

Em outra passagem, Habermas, mostra que apesar das divergências, não discorda totalmente de Kant, pois ele também crê que cada sujeito do direito, no papel de uma pessoa moral, teria condições de dar-se a si mesmo algumas leis jurídicas. Mesmo concordando com essa possibilidade, por outro lado Habermas vai dizer que “essa ratificação moral posterior e privada não elimina o paternalismo de uma ‘dominação das leis’, à qual os sujeitos do direito, politicamente heterônomos, continuam submetidos”. Para o autor apenas a “normatização *politicamente autônoma* permite aos destinatários do direito uma compreensão correta da ordem jurídica em geral. Pois o direito legítimo só se coaduna com um tipo de coerção jurídica que salvaguarda os motivos racionais para a obediência do direito”.⁴²

Dessa forma, Habermas deseja mostrar que o direito coercitivo não pode *obrigar* os seus destinatários a isso, sugerindo que deve ser facultado ao ser humano poder renunciar ou não frente ao caso, tendo presente o exercício de sua liberdade comunicativa e a tomada de posição em relação à pretensão de legitimidade do direito. Trata-se também de permitir ao ser humano a possibilidade de abandonar, frente ao caso concreto, “o enfoque performativo em relação ao direito, trocando-o pelo enfoque de um ator que calcula as vantagens e que decide arbitrariamente. Normas jurídicas devem poder ser seguidas com discernimento”.⁴³ Portanto, todo participante é livre e autônomo, tanto em relação às pretensões por ele levantadas como também para se posicionar frente às pretensões levantadas por outro.

⁴⁰ HABERMAS, Jürgen. **Direito e Democracia ...** *Op. Cit.* p. 157.

⁴¹ Idem. Ibidem.

⁴² Idem. Ibidem.

⁴³ Idem.. p. 158.

Para Kant a autonomia é o princípio por excelência e não admite constituir-se em lei heterônoma para o homem enquanto ser racional-sensível. Kant buscou pelo princípio da autonomia da vontade evoluir de uma concepção ética heterônoma para uma consciência moral autônoma. O filósofo criou um princípio de autogoverno, capaz de orientar-nos moralmente pela boa vontade.

Habermas não concorda com a idéia de que a *autolegislação* de cidadãos possa ser deduzida da *autolegislação* moral de pessoas singulares. Para o autor a autonomia deve ser entendida de modo mais geral e neutro. Essa discussão finca raízes na teoria de Habermas e o leva a introduzir o princípio do discurso, raciocinando que o mesmo é indiferente em relação à moral e ao direito. Para Habermas, o princípio do discurso pela via da institucionalização jurídica deve assumir a figura de um princípio da democracia. Posiciona-se no sentido de que a mesma pode conferir força legitimadora ao processo de normatização.

A sua resposta a Kant é, portanto, no sentido de que quando o princípio do discurso assume a forma de princípio da democracia é possível a implementação dos direitos legítimos do cidadão. Para o autor, é a partir do entrelaçamento destes dois princípios que é possível introduzirem *in abstracto* as categorias de direito que geram o próprio código jurídico, já que determinam o status das pessoas de direito.

O que Habermas esta a defender nestas afirmações é que pelo princípio do discurso todos têm um direito a iguais liberdades de ação subjetiva. As leis são legítimas quando se estabelece o nexos de compatibilidade dos direitos de cada um com os iguais direitos de todos. O autor retoma novamente o princípio do direito kantiano, dizendo que ele equivale a esse direito geral implicando liberdades iguais; “pois ele afirma apenas que um código de direitos deve ser organizado na figura de direitos subjetivos, *legitimamente distribuídos*, os quais garantem a proteção da autonomia privada de sujeitos de direitos”.⁴⁴ Nesta argumentação, não é possível dizer que Habermas adere a Kant. O que se percebe é que em Habermas o direito para ser institucionalizado em código exige a garantia dos caminhos jurídicos, ou seja, oportuniza a pessoa prejudicada em seus direitos, fazer valer juridicamente suas pretensões. Em outras palavras, o princípio do discurso possibilita fundamentar direitos elementares de justiça, garantindo a todos tratamento igualitário perante a lei.

⁴⁴ HABERMAS, Jürgen. **Direito e Democracia ...** *Op. Cit.* p. 160

Habermas sustenta neste e noutros contextos que nesta quadra da história não é mais possível fundamentar iguais direitos de comunicação e de participação a partir da subjetividade do sujeito. É bastante claro que ele quer grifar que a força está nos participantes do discurso, pois *são os próprios civis que refletem e decidem – no papel de um legislador constitucional – como devem ser os direitos que conferem ao princípio do discurso a figura jurídica de um princípio da democracia*. Assim, Habermas define uma posição de que na perspectiva do princípio da democracia, a origem dos direitos fundamentais não está alicerçada na vontade autônoma, conforme Kant e, sim, na aplicação do princípio do discurso.

6 CONCLUSÃO

As expectativas do princípio do discurso alicerçadas sobre a ação comunicativa fazem com que a formação discursiva da opinião e da vontade responsável, vise entendimento consensual e reciprocidade universal reconhecida pelos participantes do discurso. Para Kant a boa vontade é a única a valer absolutamente como princípio da ação moral, e, que é “pela consciência da lei moral imperativa que temos acesso ao conceito de liberdade, que, por sua vez, aparece como a condição de possibilidade da consciência da lei”.⁴⁵ Para Habermas, igualmente, todo o participante é livre e autônomo, podendo levantar pretensões, apresentar razões que justifiquem essas pretensões e também é livre para se posicionar frente às preposições levantadas por outros. Ao argumentar, a pessoa reconhece que cada um tem igualdade de direitos no âmbito do mundo da vida e que a *co-originaridade* da autonomia atribuída uns aos outros representam iguais liberdades subjetivas de ação.

A fundamentação do princípio do discurso de Habermas é o de reconstruir o ponto de vista moral, possibilitando lançar equitativa e imparcialmente questões de direito. Diferentemente de Kant, para Habermas a autonomia está na capacidade da comunidade de sujeitos morais de dialogarem para chegarem a acordos resultantes da liberdade de admitir ou rechaçar as razões oferecidas.

É possível encontrar aí a razão para Habermas substituir o imperativo categórico kantiano por um procedimento de argumentação prática buscando o acordo entre indivíduos que se reconhecem como integrantes de uma comunidade livre e autônoma.

⁴⁵ CRAMPE-CASNABET, Michèle. **KANT ... Op. Cit. p. p. 74.**

Pois para Habermas, “nada vem antes da prática da autodeterminação dos civis, a não ser, de um lado, o princípio do discurso, que está inserido nas condições de socialização comunicativa em geral, e, de outro lado, *o medium* do direito”.⁴⁶ Nesta linha argumentativa, Habermas considera a autonomia política como autolegislação através do uso da razão por cidadãos livres e iguais que buscam consensos normativos. Ao introduzir o uso da vontade racional comum discursivamente formada, Habermas pretende ir mais além da proposta do imperativo categórico kantiano. Ele confia na virtualidade do diálogo discursivo que tem como objetivo a obtenção de um consenso racional em torno de um interesse geral.

Kant procurou fundar uma moral autônoma, partindo de imperativos categóricos, ou seja, de deveres que se impõem sem condições à consciência, fundamentados na razão pura. A metodologia criada por Kant tem como grande mérito conferir à moralidade uma autonomia conceitual assentada em princípios *a priori*, isto é, motivado por um profundo sentido de dever, que nos é dado *a priori*. A moralidade em Kant diz respeito inicialmente ao indivíduo – pois na sua essência ele tem obrigações morais para consigo mesmo – e, num segundo momento abarca toda a humanidade que dever ser reconhecida não apenas na pessoa do indivíduo, mas também na de todos os seres racionais, devendo assim contribuir para a realização de um *reino de fins*.

Em relação à autonomia, Habermas, não crê que o momento da autolegislação ocorre separadamente do momento da obrigatoriedade social da lei. Habermas propõem que “el concepto de libertad moral no es el lugar correcto donde poder separar el rasgo de la autorización (*Selbstautorisierung*) – aquello que nos hace personas capaces de tomar iniciativas – del momento de la universalización”.⁴⁷ Assevera que Kant resume em um único conceito o que autoriza o livre arbítrio, de um lado, como elemento que fundamenta a subjetividade e por outro lado como intelecção de uma lei que deveríamos nos dar a nós mesmos, como se nossa máxima fosse também universal. Habermas, por sua vez introduz a ação comunicativa, diferenciando-se de Kant. Ele busca que cada um reconheça no outro, um indivíduo participante de uma comunidade e também insubstituível. Para ele entre direito e moral existe uma relação mais de complementaridade do que de subordinação. Sustenta ainda que como a moral, também o direito deve proteger homogeneamente a autonomia de todos os participantes. A

⁴⁶ HABERMAS, Jürgen. **Direito e Democracia...** *Op. Cit.* p. 165

⁴⁷ HABERMAS, Jürgen. In. **La Filosofia Moral ...** *Op. Cit.* p. p. 265

legitimidade do direito também transparece na autonomia dos participantes de discursos argumentativos.

Habermas, não assimilou a moral autônoma de Kant, definida por ele como um conceito unitário, na medida em que exige de cada ser humano, em particular, obedecer de maneira precisa, as normas que ele próprio se propõe, fruto de seu juízo a priori, e que esta máxima possa ser universal. Ora, a nosso ver, como já colocamos acima, para Kant a moralidade diz respeito tanto ao indivíduo em si como ao indivíduo participante de uma comunidade e que contribui para a realização de um reino de fins. Diferentemente, Habermas propõe uma divisão de funções entre atores que legislam (e expressam o direito) e os que estão submetidos ao direito em vigor. A autonomia que no campo da moral se resume a vontade livre, no terreno jurídico se divide em autonomia privada e pública.

Finalizando, Habermas avançou em alguns pontos em relação a Kant. Um destes pontos é quando ele introduz a teoria do discurso argumentativo, coloca que os dois momentos – da autonomia privada e pública – devem promover a mediação, evitando que uma autonomia não lesione a outra. Seu conceito de autonomia, portanto está, em que a liberdade subjetiva de ação do sujeito privado possibilite a autonomia política dos cidadãos.

REFERÊNCIAS

ALLISON, Henry. Org. Monique Canto-Sperger. **Dicionário de Ética e Filosofia Moral** – Vol. I. São Leopoldo/RS: Editora UNISINOS, 2003.

CASTILLO, Monique. Org. Monique Canto-Sperger. **Dicionário de Ética e Filosofia Moral** – Vol. II. São Leopoldo/RS: Editora UNISINOS, 2003.

CRAMPE-CASNABET, Michèle. **KANT – Uma Revolução Filosófica**. Trad. Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994. 163 p.

GALEFFI, Romano. **A Filosofia de Immanuel Kant**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986. 372 p.

GIMBERNAT, José Antônio. (Editor) y otros. **La Filosofía Moral Y Política de Jürgen Habermas**. Madri/Espanha: Editorial Biblioteca Nova, 1997. 271 p.

HABERMAS, Jürge. **DIREITO E DEMOCRACIA – entre facticidade e validade**. Volume 1. Trad. Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997. 354 p.

_____ **Escritos sobre moralidad y eticidad.** Trad. Manuel Jiménez Redondo. Barcelona/Espanha: Ediciones Paidós Ibérica, 1991. 172 p.

_____ **Conciencia Moral y Acción Comunicativa.** Trad. Ramón García Cotarelo. Barcelona/Espanha: Ediciones Península, 1996. 219 p.

_____ **Direito e Democracia – entre facticidade e validade.** Volume II. Trad. Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997. 352 p.

_____ **A Inclusão do Outro – estudos de teoria política.** Trad. George Sperber e Paulo Astor Soethe. São Paulo: Edições Loyola, 2002. 389 p.

JOLIVET, Régis. **Tratado de Filosofia IV – MORAL.** Trad. Gerardo Dantas Barretto. Rio de Janeiro: AGIR, 1966. 511 p.

KALSING, Rejane Margarete Schaefer. **A Dimensão da socialidade na ética kantiana e sua recepção na obra Princípios da Filosofia do Direito de Hegel.** 2003. Dissertação (Mestrado em Filosofia). Programa de Mestrado e Doutorado em Filosofia da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2003.

KANT, Immanuel. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes.** Tradução e notas de Antônio Pinto de Carvalho. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1964. 179 p.

_____, **CRÍTICA DA RAZÃO PURA.** Trad. de Valério Ruim e Ou Baldo Moosnburger. 2ª ed. Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1983. 415 p.

_____, **Crítica da Razão Prática.** Lisboa: Edições 70, 1999.

_____, **À Paz Perpétua.** 3.ª Ed. Trad. Marco Antonio de ^a Zingano. São Paulo: L&PM Editores S/A, 1989.

McCARTHY, Thomas. **Constructivismo y Reconstructivismo Kantiano: Rawls Y Habermas em diálogo.** In. La Filosofia Moral y Poláctica de Jürgen habermas. Madri/Espanha: Editorial Biblioteca Nova, 1997. 271 p.

ROHDEN, Valério. **Interesse da Razão e Liberdade.** São Paulo: Ática, 1981.

SALGADO, Joaquim Carlos. **A Idéia de Justiça em Kant – Seu Fundamento na Liberdade e na Igualdade.** 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1995. 372 p.